

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CAMPUS BALSAS
CURSO DE MATEMÁTICA LICENCIATURA

CLEYTON DOS SANTOS SOUSA MOURA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA NA EJA:
capacitando jovens e adultos para a criação e gestão de pequenos negócios

BALSAS – MA
2025

CLEYTON DOS SANTOS SOUSA MOURA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA NA EJA:

capacitando jovens e adultos para a criação e gestão de pequenos negócios

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Matemática, Campus
Balsas como requisito obrigatório para
obtenção do grau de licenciado em Matemática.

Orientadora: Profa. Dr.^a Lourimara Farias
Barros Alves

BALSAS – MA

2025

M929e

Moura, Cleyton dos Santos Sousa

Educação financeira e formação empreendedora na EJA: capacitando jovens e adultos para a criação e gestão de pequenos negócios. / Cleyton dos Santos Sousa Moura. – Balsas, 2025.

47f.

Monografia (Graduação em Matemática) Universidade Estadual do Maranhão – UEMA / Balsas, 2025.

Orientadora: Profa. Dr.^a Lourimara Farias Barros Alves

1. Educação Financeira. 2. Empreendedorismo. 3. EJA. 4. Formalização de Negócios. I. Título.

CDU: 336

CLEYTON DOS SANTOS SOUSA MOURA

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA NA EJA:
capacitando jovens e adultos para a criação e gestão de pequenos negócios

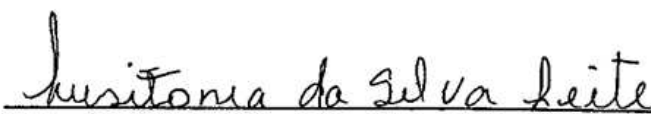
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Matemática, Campus
Balsas como requisito obrigatório para
obtenção do grau de licenciado em Matemática.

Aprovado em: 08/07/2025

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dr.^a Lourimara Farias Barros Alves (Orientadora)
Doutora em Educação em Ciências e Matemática
Universidade Estadual do Maranhão



Profa. Dr.^a Lusitonia da Silva Leite
Doutora em Educação em Ciências e Matemática
Universidade Estadual do Maranhão



Prof. Me. Olívio Crispim de Medeiros
Mestre em Matemática
Universidade Estadual do Maranhão

À minha família, meu alicerce e minha maior
motivação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder força, coragem e por me guiar ao longo de toda esta caminhada, fazendo-me acreditar e concretizar este sonho.

Aos meus pais, Cleide Alves de Moura e Sayomara dos Santos Sousa Moura, que, mesmo diante das dificuldades, fizeram o possível para que meu caminho fosse mais fácil. Sou profundamente grato por me formarem enquanto pessoa e por me mostrarem, desde cedo, o caminho correto.

À minha família, que sempre me incentivou e apoiou nos estudos. Suas histórias inspiradoras me motivaram a continuar a cada dia.

À minha companheira, Bruna Divina de Paula da Silva, pelo apoio incondicional, por me incentivar e por me fazer acreditar que tudo daria certo. Sou grato por tornar essa jornada mais leve e feliz.

Aos meus colegas de faculdade, Adriano da Silva Matias, Kelle Sabrina Oliveira da Silva, Ludmila Miranda de Araújo, Natália Nunes Mota e a tantos outros que fizeram parte desta trajetória, contribuindo com momentos de alegria, leveza e companheirismo ao longo do percurso acadêmico.

Aos meus colegas de trabalho, pelo apoio constante e pelo esforço em colaborar durante minhas ausências, sempre me incentivando a seguir em frente.

À Universidade Estadual do Maranhão, na figura de todos os professores do Departamento de Matemática do Campus Balsas, por contribuírem tanto com seus ensinamentos ao longo desses anos.

À Profa. Dr.^a Lourimara Farias Barros Alves, que fez parte da minha formação desde o Ensino Médio até a orientação deste trabalho na Universidade. Sou profundamente grato pela dedicação, sabedoria e por cada ensinamento valioso que recebi.

À Profa. Dr.^a Lusitonia da Silva Leite e ao Prof. Me. Olívio Crispim de Medeiros, por integrarem minha banca e contribuírem significativamente para este trabalho.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para o meu desenvolvimento e formação, minha mais sincera gratidão!

“O espírito empreendedor está na veia de muitas pessoas dotadas de uma vontade de construir algo que faça valer a pena de viver as suas vidas”.

Idalberto Chiavenato

RESUMO

Este trabalho se dedica a investigar a relevância da Educação Financeira na formação empreendedora de jovens e adultos, especificamente no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Teve como objetivo geral criar uma sequência didática de Educação Financeira que contribuísse para a formação do pensamento crítico e empreendedor nos alunos do Ensino Médio da EJA, preparando-os para a criação e gestão de pequenos negócios. A metodologia aplicada foi de natureza bibliográfica e documental, fundamentada em autores como Lakatos e Marconi (2023), visando o acesso a uma ampla diversidade de fontes de pesquisa. Os dados foram interpretados por meio da construção de uma sequência didática, a qual se alinhou aos objetivos propostos e ao tema do trabalho. Os resultados evidenciaram a relevância do empreendedorismo, não apenas como a criação de empresas, mas como um conjunto de habilidades de indivíduos criativos e inovadores, capazes de transformar o ambiente em que estão inseridos. A pesquisa abordou a importância da formalização de negócios, incluindo um passo a passo para se tornar Microempreendedor Individual (MEI), e os conceitos de Matemática Financeira, como o valor do dinheiro no tempo e juros simples e compostos, cruciais para a tomada de decisões assertivas na gestão de recursos. A sequência didática proposta, estruturada para ser aplicada em 8 aulas e totalizando 400 minutos, apresenta-se como um recurso didático valioso para promover a formação do pensamento crítico e empreendedor, capacitando os alunos da EJA para a criação e gestão de pequenos negócios. Conclui-se que os objetivos da pesquisa foram satisfatoriamente alcançados, reforçando a importância de um ensino de Educação Financeira que fomente o empreendedorismo em jovens e adultos.

Palavras-chave: Educação Financeira; empreendedorismo; EJA; formalização de negócios.

ABSTRACT

This study investigates the relevance of Financial Education in the entrepreneurial development of adults, specifically within the context of Youth and Adult Education (EJA). The general objective was to create a didactic sequence on Financial Education that fosters critical and entrepreneurial thinking among EJA high school students, preparing them for the creation and management of small businesses. The methodology was bibliographic and documentary in nature, grounded in authors such as Lakatos and Marconi (2023), aiming to access a wide range of research sources. Data were interpreted through the development of a didactic sequence aligned with the study's goals and theme. The results highlighted the importance of entrepreneurship not only as business creation but as a set of skills in creative and innovative individuals capable of transforming their surroundings. The research emphasized the need for business formalization, providing a step-by-step guide to becoming a Microentrepreneur (MEI), and addressed key Financial Mathematics concepts such as the time value of money and simple and compound interest—crucial for effective resource management. The proposed didactic sequence, structured for eight classes totaling 400 minutes, proves to be a valuable educational tool to promote critical and entrepreneurial thinking, empowering EJA students to create and manage small businesses. It is concluded that the research objectives were satisfactorily achieved, reinforcing the importance of Financial Education as a means to foster entrepreneurship among youth and adults.

Keywords: Financial Education; entrepreneurship; EJA; business formalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Quero Ser MEI	18
Figura 2: Formalize-se!	18
Figura 3: Gov.br	19
Figura 4: Autorização de Uso de Dados Pessoais	19
Figura 5: Login	20
Figura 6: Formulário de Inscrição de MEI	21
Figura 7: Ocupação Principal	21
Figura 8: Ocupações Secundárias	22
Figura 9: Forma de Atuação	22
Figura 10: Endereço	23
Figura 11: Declarações	23
Figura 12: Impressão do CCMEI	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Anegepe	Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DAS	Documento de Arrecadação do Simples Nacional
DASN	Declaração Anual do Simples Nacional
DCTM	Documento Curricular do Território Maranhense
EJA	Educação de Jovens e Adultos
GEM	Global Entrepreneurship Monitor
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IPi	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISS	Imposto sobre Serviços
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEI	Microempreendedor Individual
PIS	Programa de Integração Social
RG	Registro Geral
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Simples Nacional	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	EMPREENDEDORISMO	13
2.1	Negócios: Criação e Gestão.....	14
2.1.1	Formalização de Negócios.....	15
2.2	Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte	16
2.3	Microempreendedor Individual	17
3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA: FUNDAMENTOS BÁSICOS	25
3.1	Valor do Dinheiro no Tempo	25
3.2	Fundamentos Matemáticos da Educação Financeira.....	26
3.2.1	Capital, Juro e Montante.....	26
3.2.2	Juros Simples.....	27
3.2.3	Juros Compostos.....	27
4	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA).....	29
5	METODOLOGIA.....	32
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	35
6.1	Sequência Didática.....	37
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A Educação Financeira e o empreendedorismo desempenham papéis essenciais na transformação social e na formação de cidadãos aptos ao pleno exercício da cidadania. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essas temáticas tornam-se ainda mais relevantes, considerando a valorização de saberes práticos e a promoção de um ensino significativo, especialmente no âmbito da Matemática, para responder às demandas reais da vida cotidiana.

O empreendedorismo é definido como um conjunto de habilidades que capacitam o indivíduo a identificar e aproveitar oportunidades, valendo-se de sua criatividade e da busca constante por aperfeiçoamento. Nesse contexto, os conhecimentos advindos da Educação Financeira são fundamentais, pois permitem ao empreendedor uma gestão financeira mais eficiente e maior consciência na tomada de decisões, seja ao investir recursos ou contrair empréstimos.

Como alternativa crescente de inserção econômica, o empreendedorismo tem atraído uma parcela significativa da população, motivada tanto pela identificação de oportunidades quanto pela necessidade de subsistência. Nesse cenário, a escola, enquanto espaço de formação integral, assume o papel de abordar o empreendedorismo e a Educação Financeira como pilares indispensáveis para preparar os alunos da EJA a criar e gerir seus próprios negócios, promovendo maior autonomia e participação econômica.

Levando em conta a relevância do tema, este estudo direciona-se à integração da Educação Financeira e do empreendedorismo na EJA, com o objetivo de capacitar os alunos para a criação e gestão de pequenos negócios. Diante disso, busca-se responder à seguinte questão: de que forma os conceitos de Educação Financeira e empreendedorismo podem ser integrados para contribuir na formação de jovens e adultos da EJA voltada à criação e gestão de pequenos negócios?

Face a isso, o objetivo da pesquisa foi criar uma sequência didática de Educação Financeira que contribuísse para a formação do pensamento crítico e empreendedor nos estudantes do Ensino Médio da EJA, preparando-os para a criação e gestão de pequenos negócios. Com tal propósito, os objetivos específicos de definir e investigar os conceitos fundamentais de empreendedorismo, Educação e Matemática Financeira e Educação de Jovens e Adultos foram fundamentais para subsidiar a construção da sequência didática.

O trabalho realizado possui natureza bibliográfica e documental, visando proporcionar o acesso a uma ampla diversidade de fontes de pesquisa. Desta forma, a metodologia foi orientada pela produção de Lakatos e Marconi (2023), direcionando a análise de diversas obras e documentos que fundamentaram a pesquisa. Posteriormente, os dados foram interpretados por meio da construção de uma sequência didática, com o objetivo de apresentar de forma clara e alinhada aos objetivos propostos o verdadeiro significado do material estudado, em relação ao tema abordado.

Os fundamentos teóricos deste trabalho serão apresentados nos três capítulos subsequentes. No primeiro capítulo, são discutidas as definições de empreendedorismo, os conceitos essenciais para a criação e gestão de negócios, além da formalização empresarial, incluindo a elaboração de um passo a passo para a formalização gratuita como Microempreendedor Individual (MEI). Esse capítulo é sustentado por uma robusta fundamentação teórica, apoiada em autores renomados, como Chiavenato e Dornelas, e em documentos relevantes, como o relatório da GEM e as legislações que regulamentam as atividades empreendedoras.

No segundo capítulo, abordaremos a Educação Financeira com o objetivo de destacar sua relevância para uma gestão financeira eficiente, tanto no âmbito pessoal quanto no empreendedor. O conceito de valor do dinheiro no tempo será explorado de forma aprofundada, provocativa à reflexão por parte do leitor para construção desse significado. Além disso, os conteúdos básicos de Matemática Financeira serão tratados não apenas de forma aplicada, mas também com o rigor matemático necessário, incluindo demonstrações de conceitos fundamentais.

No terceiro capítulo, será explorada a Educação de Jovens e Adultos (EJA) por meio de sua definição e das finalidades estabelecidas na legislação. Este capítulo busca caracterizar o público da EJA, indo além da ideia de não acesso à educação na idade apropriada. Para isso, serão abordados fatores como a ausência de aprendizagens e vivências significativas por parte daqueles que, mesmo frequentando o ambiente escolar, não deram continuidade aos estudos. Assim, evidencia-se a necessidade de uma abordagem educacional significativa que atenda às especificidades desse público.

Os capítulos estruturados conectam-se por meio de um diálogo entre os autores, consolidado no capítulo de resultados e discussões. Essa seção apresenta o resultado da pesquisa na forma de uma sequência didática, que articula as teorias levantadas aos objetivos propostos e busca capacitar os estudantes da EJA para a criação e gestão de pequenos negócios por meio de uma abordagem de Educação Financeira significativa.

2 EMPREENDEDORISMO

A definição do termo “empreendedorismo”, quando utilizado no contexto de criação e gestão de um negócio, pode ser vista como a identificação de oportunidades, criatividade, inovação e implementação de ideias que viabilizem o ganho de capital pela transformação do ambiente em que está inserido. Segundo Schumpeter (1949, apud Dornelas, 2021, p. 29), o empreendedor é “[...] aquele que cria novos negócios, mas pode também inovar dentro de negócios já existentes”.

Os conceitos apresentados contribuem para o uso do termo “espírito empreendedor”. O empreendedorismo não é exclusivamente o processo de criação de empresas, mas uma condição de “ser” presente em pessoas que buscam, por meio de sua engenhosidade, contribuir para a evolução do meio social e econômico do qual fazem parte. Dessa forma, empreender não é apenas criar um negócio disruptivo; é também a criação de negócios em mercados já validados (Dornelas, 2021).

O empreendedorismo não pode ser visto como um direito de nascença, algo que é inato a algumas pessoas. Esse tipo de abordagem acaba por distanciar pessoas, que não se veem com esse perfil, da atividade empreendedora. Sendo assim, o empreendedor é alguém curioso que busca através do aperfeiçoamento de seus conhecimentos desenvolver habilidades que potencializam suas chances de sucesso (Dornelas, 2021).

O estudo anual da Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2023), realizado no Brasil pelo Sebrae em parceria com a Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (Anegepe), examina as motivações da população brasileira para empreender. O relatório define a atividade empreendedora segundo as categorias de empreendedorismo por oportunidade e por necessidade, observando esses fatores nos empreendedores iniciais do Brasil (GEM, 2023).

O empreendedorismo por oportunidade verifica-se quando o início da atividade empreendedora ocorre pela identificação de uma oportunidade que pode ser aproveitada a partir de um planejamento claro de ações, visando à obtenção de lucros e à contribuição para o desenvolvimento econômico. Por outro lado, o empreendedorismo por necessidade ocorre quando se empreende por falta de melhores opções de trabalho e para garantir a subsistência, o que frequentemente contribui para a informalidade e a alta taxa de mortalidade dos negócios em países em desenvolvimento (GEM, 2023).

O atual cenário do empreendedorismo brasileiro, considerando os empreendedores iniciais, cujos empreendimentos estão em fase de criação ou operam há no máximo três anos e

meio, apresenta uma concentração de 58% no setor de serviços orientados ao consumidor, 17% em serviços voltados para negócios, 21% no setor de transformação e 4% no setor extrativo. O relatório destaca que o percentual acima de 15% no setor de serviços voltados para negócios indica uma sofisticação no empreendedorismo brasileiro, uma vez que a existência de negócios que complementam outras atividades empresariais promove maior desenvolvimento socioeconômico (GEM, 2023).

Nos últimos anos, a internet deixou de ser exclusiva de negócios puramente digitais e passou a ser implementada em negócios tradicionais, configurando-se como um canal importante para vendas, comunicação e processos internos. Além disso, tem oportunizado a criação de negócios originalmente online, seja para a venda de produtos físicos, seja como complemento virtual na prestação de serviços aplicados também no ambiente não virtual (Dornelas, 2021).

Outra tendência identificada é a de prestação de atendimentos cada vez mais personalizados e centrados no cliente. Empreendedores com habilidades para identificar oportunidades de criação de negócios, focados em nichos específicos e que utilizam canais digitais em suas operações, poderão se beneficiar do cenário promissor, aumentando significativamente suas chances de sucesso (Dornelas, 2021).

2.1 Negócios: Criação e Gestão

O ponto de partida de um novo negócio está na identificação de oportunidades; entretanto, nem todas são compatíveis com todos os empreendedores. O autoconhecimento revela-se fundamental, pois a avaliação de uma oportunidade deve considerar as características pessoais, projetos, sonhos, condições e conhecimentos de quem empreende. Ter uma visão de futuro como referência de onde se almeja chegar, aliada às etapas de autoavaliação, é ainda mais relevante do que uma análise de viabilidade puramente econômica, direcionando naturalmente à escolha do negócio (Chiavenato, 2021).

O plano de negócios é imprescindível para estruturar ideias relacionadas ao projeto do empreendimento, consolidando de forma clara e objetiva a visão geral do negócio para o empreendedor e demais intervenientes. De maneira abrangente, Chiavenato (2021, p. 137) define:

[...] plano é um curso predeterminado de ação sobre um período especificado de tempo e proporciona respostas às seguintes questões: o que, quando, como, onde e por quem. Na verdade, é uma tomada antecipada de decisões sobre o que fazer, antes de a ação

ser necessária. Planejar consiste em simular o futuro desejado e estabelecer previamente os cursos de ação necessários e os meios adequados para atingi-los.

Exige-se do empreendedor uma ampla variedade de habilidades e competências para a gestão do negócio, com foco, principalmente, na satisfação do cliente. Ao gerir recursos e competências, o empreendedor pode dividir a gestão em quatro áreas principais: equipe, produção, marketing e finanças. Embora essas áreas não sejam independentes, é fundamental compreendê-las e articulá-las para que a empresa seja capaz de reagir às influências externas de forma eficiente (Chiavenato, 2021).

2.1.1 Formalização de Negócios

O empreendedor, ao decidir abrir ou expandir seu negócio, está sujeito a adversidades ao longo do processo. Ele pode optar por seguir sozinho ou contar com sócios. No aspecto jurídico, há diversas possibilidades de enquadramento, sendo recomendável buscar um especialista, como advogado ou contador, para essa definição (Chiavenato, 2021).

No entanto, mesmo com o suporte de um especialista, é fundamental que o empreendedor compreenda amplamente as diversas possibilidades jurídicas para tomar decisões conscientes. A compreensão dos conceitos de pessoa física e pessoa jurídica, da legalidade de uma empresa e das diferentes opções para sua criação são conhecimentos essenciais durante o processo (Chiavenato, 2021).

Um entendimento fundamental é a diferenciação entre pessoa física e pessoa jurídica. A pessoa física é o indivíduo com direitos e obrigações perante o Estado, enquanto a pessoa jurídica possui personalidade distinta de seus sócios, com direitos e deveres próprios. Portanto, é necessário formalizar legalmente o empreendimento para viabilizar suas atividades e operações (Chiavenato, 2021).

A Lei nº 13.874/2019, no artigo 49-A, incluiu no Código Civil que “a pessoa jurídica não se confunde com os seus sócios, associados, instituidores ou administradores”, garantindo autonomia patrimonial como incentivo. O parágrafo único do artigo 49-A do Código Civil estabelece que “a autonomia patrimonial das pessoas jurídicas é um instrumento lícito de alocação e segregação de riscos, estabelecido pela Lei com a finalidade de estimular empreendimentos, para a geração de empregos, tributo, renda e inovação em benefício de todos.” (Brasil, 2019).

As atividades e operações do empreendimento só podem ser desenvolvidas após sua formalização legal. O Código Civil Brasileiro, por meio da Lei nº 10.406/2002, no artigo 45, determina que:

Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo. (Brasil, 2002)

Sociedade simples, sociedade empresária, sociedade limitada, sociedade por ações, sociedade estrangeira, sociedades cooperativas, associações, fundações e o empreendedor individual são algumas das possibilidades para a criação de uma empresa (Dornelas, 2021). Contudo, considerando a delimitação desta pesquisa, aprofundaremos apenas o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

2.2 Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Em 14 de agosto de 2007, por meio da Lei Complementar nº 127, foi ratificada com adequações o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A finalidade da Lei é de estabelecer dispositivos normativos que ofereçam tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (Brasil, 2007).

A definição de microempresas e empresas de pequeno porte se faz por meio do artigo 3º da Lei Complementar nº 123:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Brasil, 2006)

De modo amplo, a Lei busca oferecer soluções na desburocratização na apuração e recolhimento de impostos, simplificar a obediência a normas trabalhistas e previdenciárias e favorecer o acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas. Assim, verificou-se um aprimoramento do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições

devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte (Simples Nacional) para unificar alguns tributos da competência federal, estadual e municipal (Dornelas, 2021).

2.3 Microempreendedor Individual

O empreendedor, para desenvolver as atividades e operações de seu empreendimento, precisa constituir legalmente o negócio, visto que a pessoa jurídica possui personalidade distinta da pessoa física que a administra. Assim, ao formalizar o empreendimento, cria-se uma pessoa jurídica com direitos e responsabilidades próprios perante o Estado (Chiavenato, 2021).

Segundo Dornelas (2021), o Microempreendedor Individual (MEI) encontra diversas vantagens legais, como o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), que facilita o acesso a produtos bancários e permite a emissão de notas fiscais. Além disso, o enquadramento no Simples Nacional isenta o MEI de tributos federais, como Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL. O pagamento de um valor fixo mensal cobre a contribuição à Previdência Social, ao ICMS ou ao ISS, garantindo ao empreendedor acesso aos benefícios da Previdência Social.

Para os efeitos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, considera-se Microempreendedor Individual quem tenha obtido receita, no ano calendário anterior, de até R\$ 81.000,00, seja optante pelo Simples Nacional, que não se enquadre em nenhum impedimento da legislação e seja empreendedor individual no que define o Código Civil (Brasil, 2006).

O Portal do Empreendedor (Brasil, 2025) complementa a definição de MEI ao estabelecer o teto anual de faturamento de R\$ 251.600,00 para transportadores autônomos de cargas que exerçam exclusivamente esta atividade profissional. Além das restrições de faturamento, o MEI pode ter, no máximo, um empregado ou empregada, desde que receba um salário mínimo ou o piso da categoria, caso este esteja definido.

Ainda de acordo com o Portal do Empreendedor (Brasil, 2025), o MEI não pode ter sócios no negócio que deseja formalizar, tampouco ser titular, sócio ou administrador de outra empresa. Além disso, não é permitido ao MEI possuir filial, ser servidor público federal em atividade ou exercer ocupações econômicas não permitidas para essa modalidade. As ocupações permitidas estão listadas no Anexo XI da Resolução CGNS nº 140, de 2018.

Conforme informações extraídas do site do Sebrae (2025), para formalizar-se como MEI sem custos, o empreendedor necessita apenas de CPF, RG, comprovante de residência

e/ou comercial e a inscrição cadastral do imóvel do endereço comercial, disponível no carnê do IPTU. A formalização do pequeno negócio pode ser realizada de forma gratuita e em poucos minutos no Portal do Empreendedor, seguindo o passo a passo.

- Passo 1: Acesse o site Portal do Empreendedor e selecione a opção “**QUERO SER MEI**”, conforme ilustrado na Figura 1;

Figura 1: Quero Ser MEI



Fonte: Sebrae

- Passo 2: Selecione a opção “**FORMALIZE-SE!**”, conforme ilustrado na Figura 2;

Figura 2: Formalize-se!



Fonte: Sebrae

- Passo 3: Depois disso, você será direcionado para a **Conta Gov.br**, onde poderá acessar sua conta. Se já possui uma, basta continuar o processo. Caso ainda não tenha, será necessário criar uma conta, conforme ilustrado na Figura 3;

Figura 3: Gov.br



Fonte: Sebrae

- Passo 4: O acesso para a formalização exige um selo de confiabilidade prata ou ouro na **Conta Gov.br**. Caso você não tenha um desses selos, aparecerá uma solicitação de confiabilidade adicional. Para prosseguir, será necessário autorizar o uso dos seus dados pessoais, conforme ilustrado na Figura 4;

Figura 4: Autorização de Uso de Dados Pessoais



Fonte: Sebrae

- Passo 5: Digite seu CPF e selecione a opção “**AVANÇAR**”, na página seguinte insira sua senha e selecione a opção “**ENTRAR**”, conforme ilustrado na Figura 5;

Figura 5: Login

gov.br

Ata Controller 25 vLibras

Digite sua senha para acessar o login único do governo federal.

Digite sua senha

CPF
000.000.000-00

Senha

[Esqueci minha senha](#)

[Quero fazer o primeiro login](#)

Fonte: Sebrae

- Passo 6: Preencha as seguintes informações no formulário de inscrição de MEI, conforme ilustrado na Figura 6;
 - Número do CPF;
 - Data de Nascimento;
 - Nome Empresarial, formado pelo nome social acrescido do CPF;
 - Nome do Empresário;
 - Nome Social, caso já esteja cadastrado no CPF;
 - Nacionalidade;
 - Sexo;
 - Nome da mãe;
 - Número da identidade;
 - Órgão emissor;
 - Selecione a UF emissora;
 - Telefone para contato e telefone celular, que podem ser preenchidos com o mesmo número;
 - E-mail;
 - Nome fantasia, cuja inclusão é opcional;
 - Capital Social, com valor mínimo obrigatório de R\$ 1,00;

Figura 6: Formulário de Inscrição de MEI

Fonte: Sebrae

- Passo 7: Selecione apenas uma Ocupação Principal, conforme ilustrado na Figura 7;

Figura 7: Ocupação Principal

Fonte: Sebrae

- Passo 8: Caso exerça mais de uma ocupação, é possível selecionar até quinze ocupações secundárias, conforme ilustrado na Figura 8;

Figura 8: Ocupações Secundárias

Fonte: Sebrae

- Passo 9: Selecione uma opção para a forma de atuação, podendo ser “estabelecimento fixo”, “internet”, “em local fixo fora da loja”, “correio”, “porta a porta, postos móveis ou por ambulantes”, “televenda” ou “máquinas automáticas”, conforme ilustrado na Figura 9;

Figura 9: Forma de Atuação

Fonte: Sebrae

- Passo 10: Endereço comercial e residencial. Se forem iguais, preencha o residencial em ambos os campos, conforme ilustrado na Figura 10;

Figura 10: Endereço

Endereço Comercial

* CEP

Caso não saiba o CEP, clique aqui. LIMPAR CAMPOS

* Tipo de Logradouro * Logradouro * Número

Complemento

* Bairro/Distrito

* Município * UF

Próximo de Referências

Fonte: Sebrae

- Passo 11: Selecione as três declarações, clique em **“CONTINUAR”** para avançar, confira os dados na tela de conferência e finalize com **“CONFIRMAR”** e **“CONTINUAR”**, conforme ilustrado na Figura 11;

Figura 11: Declarações

Declarações

* Declaração de Desimpedimento:

☐ Declaro, sob as penas da Lei, ser capaz, não estar impedido de exercer atividade empresarial e que não possuo outro registro de empresário.

* Declaração de opção pelo Simples Nacional e Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório:

☐ Declaro que opto pelo Simples Nacional e pelo Simef (arts. 12 e 18-A da Lei Complementar nº 123/06), que não incorro em quaisquer das situações impeditivas a essas opções (arts. 3º, 17, 18-A e 29 da mesma lei). **Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.** Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não-atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

* Declaração de Enquadramento como Microempresa (ME):

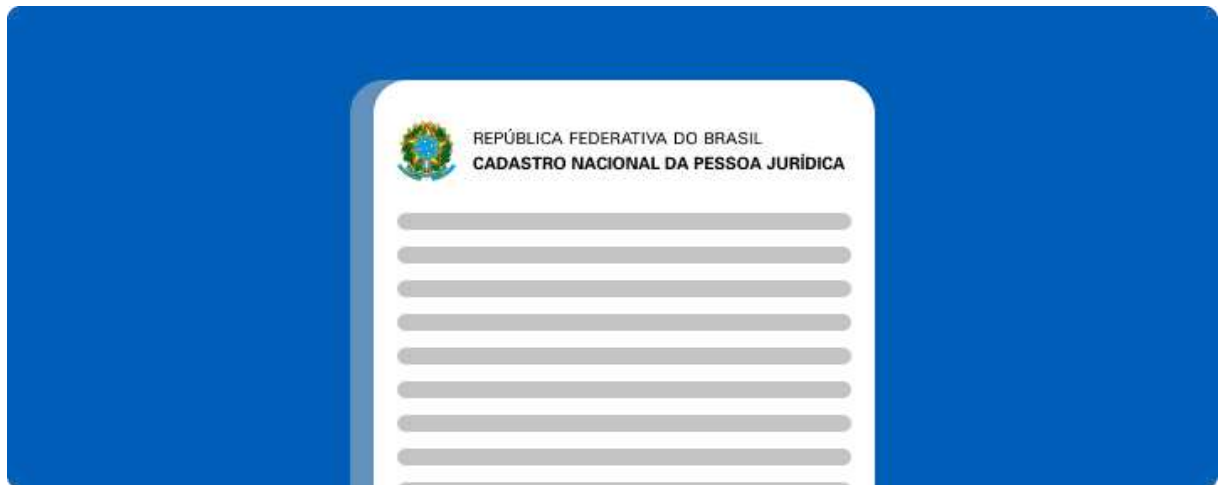
☐ Declaro, sob as penas da Lei, que me enquadrado na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Cancelar Continuar

Fonte: Sebrae

- Passo 12: Por fim, imprima o Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI), conforme ilustrado na Figura 12;

Figura 12: Impressão do CCMEI



Fonte: Sebrae

Finalizado o passo a passo, a formalização gratuita é concluída, e a empresa passa a estar legalizada. De acordo com o Portal do Empreendedor (Brasil, 2025), o MEI deve cumprir obrigações como o pagamento da contribuição DAS até o dia vinte de cada mês, a emissão de notas fiscais ao realizar negócios com pessoas jurídicas, a guarda das notas fiscais emitidas de compra e venda por cinco anos e o envio da Declaração Anual de Faturamento (DASN).

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: FUNDAMENTOS BÁSICOS

Os conceitos de Matemática Financeira permitem ao indivíduo avaliar as melhores formas de investir seu dinheiro ou tomar empréstimos. Ter uma visão ampla do sistema monetário, em que pessoas físicas ou jurídicas dispõem de recursos financeiros enquanto outras necessitam tomá-los emprestados, bem como compreender o valor do dinheiro no tempo, é essencial para uma gestão financeira eficiente, tanto no âmbito pessoal quanto no empreendedor (Hazzan e Pompeo, 2014).

No sistema financeiro, as aplicações e operações de empréstimos e financiamentos são intermediadas pelas instituições financeiras. Essas instituições captam recursos de investidores, remunerando-os por meio do pagamento de juros, e, em seguida, emprestam o capital aos tomadores. Os juros cobrados são definidos com base no custo de remuneração ao investidor e no risco associado ao tomador, considerando fatores como prazo e garantias vinculadas às operações. (Hazzan e Pompeo, 2014)

3.1 Valor do Dinheiro no Tempo

Consoante Caetano (2021), é habitual o uso conjunto das noções de valor e tempo ao se ponderar sobre o valor do dinheiro no tempo. Considerando que atribuímos valor ao dinheiro e o utilizamos por acreditar em seu grande poder de troca, o que, afinal, denota a palavra valor?

A palavra valor tem dois significados diferentes. Algumas vezes expressa a utilidade de algum objeto em particular e outras o poder de comprar outros bens que a posse daquele objeto em particular traz consigo. Um pode ser chamado “valor de uso”; o outro, de “valor de troca”. As coisas que possuem o maior valor de uso, com frequência, têm pouco ou nenhum valor de troca; e, ao contrário, aquelas que possuem o maior valor de troca têm, com frequência, pouco ou nenhum valor de uso. Nada é mais útil que a água; no entanto, ela raramente vai adquirir alguma coisa; praticamente nada pode ser trocado por ela. Um diamante, por outro lado, é desprovido de qualquer valor de uso; todavia, uma imensa quantidade de outros produtos pode ser adquirida em troca dele (Patel, 2009 apud Caetano, 2021, p. 20).

Neste processo de construção, outro conceito importante é o de juro, frequentemente associado apenas a situações envolvendo dinheiro. Contudo, o juro transcende as operações financeiras, relacionando-se à concepção de trocas intertemporais (Caetano, 2021). Giannetti (2012, apud Caetano, 2021, p. 22), ao articular presente e futuro, argumenta que:

As trocas no tempo são uma via de mão dupla. A posição credora — pagar agora, viver depois — é aquela em que abrimos mão de algo no presente em prol de algo esperado no futuro. O custo precede o benefício. No outro sentido temos a posição devedora — viver agora, pagar depois. São todas as situações em que valores ou benefícios usufruídos mais cedo acarretam algum tipo de ônus ou custo a ser pago mais à frente. Não importa qual seja a sua feição concreta em cada caso específico, essas duas modalidades de troca envolvem uma comparação entre valores presentes e futuros, ou seja, o valor daquilo que se paga (ou usufrui) agora, de um lado, e o valor daquilo que se espera alcançar (ou deverá ser pago) mais adiante, de outro. O termo de troca entre esses dois valores separados no tempo define a essência dos juros. O fenômeno dos juros é, portanto, inerente a toda e qualquer forma de troca intertemporal.

Portanto, o valor do dinheiro no tempo relaciona o valor atribuído a algo (Patel, 2009) com a escolha entre possuí-lo no presente ou no futuro (Giannetti, 2012). As escolhas pessoais baseiam-se no valor que concedemos e na decisão de assumir um ônus futuro em troca de um benefício imediato ou de protelar esse benefício para o futuro. Dessa forma, estabelece-se a correlação entre valores presentes e futuros em uma troca intertemporal.

3.2 Fundamentos Matemáticos da Educação Financeira

3.2.1 Capital, Juro e Montante

Quando uma pessoa, física ou jurídica, dispõe de um valor monetário para emprestar a outra, esse valor é denominado capital. Considerando a inacessibilidade do dinheiro durante o período do empréstimo, a depreciação monetária causada pela inflação e a remuneração que o emprestador pretende receber pelo uso do capital, introduz-se o conceito de juro (Hazzan e Pompeo, 2014).

O juro é entendido como o custo para quem toma o empréstimo e a remuneração para quem o concede. O valor do juro é determinado pela taxa de juros, sendo uma porcentagem do capital calculada em uma unidade de tempo. A título de exemplo, um capital de R\$ 1.000,00 emprestado por um mês à taxa de 1% a.m. (1% ao mês) gera um juro de R\$ 10,00 (Hazzan e Pompeo, 2014).

Decorrido o prazo acordado entre as partes, o tomador do empréstimo devolve ao emprestador o valor composto pela soma do capital emprestado acrescido do juro, sendo este valor denominado montante. Assim, com base no exemplo anterior, o montante é a soma do capital de R\$ 1.000,00 com o juro de R\$ 10,00, resultando em um montante de R\$ 1.010,00 (Hazzan e Pompeo, 2014).

Com base nas definições apresentadas, utilizaremos C para representar o capital, M para o montante, J para o juro e i para a taxa (termo derivado do inglês *interest*, que significa juro). A definição das variáveis servirá para o desenvolvimento dos próximos fundamentos matemáticos.

3.2.2 Juros Simples

O regime de capitalização de juros simples caracteriza-se pela igualdade do valor dos juros em todos os períodos, uma vez que seu cálculo é obtido pelo produto do capital pela taxa estabelecida para o período definido (Hazzan e Pompeo, 2014). Devido a essa característica, o regime de juros simples é frequentemente aplicado em operações de curtíssimo prazo.

Para estabelecer a relação, considere um capital C , submetido ao regime de juros simples, com uma taxa i incidente em cada período, ao longo de n períodos de tempo. Com base nessa condição, deduzir-se-á a fórmula para o cálculo dos juros ao final de n períodos, conforme sugerido por Hazzan e Pompeo (2014).

$$1 \text{ período: } J_1 = Ci$$

$$2 \text{ períodos: } J_2 = Ci + Ci = (Ci)2$$

$$3 \text{ períodos: } J_3 = Ci + Ci + Ci = (Ci)2 + Ci = Ci(3)$$

$$\vdots \quad \vdots \quad \vdots \quad \vdots \quad \vdots \quad \vdots \quad \vdots \quad \vdots \quad \vdots \quad \vdots$$

$$n \text{ períodos: } J_n = Ci + Ci + Ci + \dots + Ci = Ci(3) + \dots + Ci = (Ci)n$$

Dessa forma, ao remover o índice n nos casos em que não há risco de ambiguidades, obtemos a fórmula dos juros simples:

$$J = Cin$$

Por sua vez, a fórmula do montante é imediata:

$$M = C + J$$

$$M = C + Cin$$

$$M = C(1 + in)$$

É importante destacar que, em ambas as fórmulas definidas, é essencial que i (taxa) e n (período) estejam expressos na mesma unidade de tempo. Por exemplo, se i for uma taxa mensal, n deve ser apresentado em meses.

3.2.3 Juros Compostos

O regime de capitalização de juros compostos caracteriza-se pela composição dos juros de cada período com o montante acumulado no período anterior, sendo esse novo montante a base para o cálculo dos juros no período seguinte. Esse regime é amplamente utilizado em financiamentos e parcelamentos oferecidos por instituições financeiras.

Considere um capital C , submetido ao regime de juros compostos, com uma taxa i incidente em cada período, ao longo de n períodos de tempo. Dessa forma, deduzir-se-á a fórmula para o cálculo do montante ao final de n períodos, conforme sugerido por Hazzan e Pompeo (2014).

1 período:

$$M_1 = C + Ci = C(1 + i)$$

2 períodos:

$$M_2 = M_1 + M_1i = M_1(1 + i) = C(1 + i)(1 + i) = C(1 + i)^2$$

3 períodos:

$$M_3 = M_2 + M_2i = M_2(1 + i) = C(1 + i)^2(1 + i) = C(1 + i)^3$$

Observando o padrão, é possível generalizar que, ao final de n períodos, o montante será determinado por:

$$M_n = C(1 + i)^n$$

Removendo o índice n nos casos em que não há risco de equivocar-se, obtemos a fórmula do montante:

$$M = C(1 + i)^n$$

Assim como no regime de juros simples, é fundamental que i (taxa) e n (período) estejam expressos na mesma unidade de tempo.

4 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) institui-se como uma forma de viabilizar o acesso à educação para aqueles que não a tiveram na idade apropriada. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a recente alteração da Lei nº 13.632 de 2018, define em seu artigo 37 que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida” (Brasil, 1996).

O Volume II do Documento Curricular do Território Maranhense (Maranhão, 2022, p. 36) atualiza a compreensão sobre o público-alvo da EJA ao afirmar que:

[...] o público que busca a EJA, hoje, diz respeito não apenas àqueles que nunca foram à escola por circunstâncias específicas relativas a um dado contexto social, mas, crescentemente, também pelos que frequentaram os bancos escolares do ensino regular e não construíram aprendizagens e vivências significativas suficientes para prosseguirem seus estudos, concluindo o nível de ensino fundamental ou médio na idade própria.

Quanto à estrutura curricular dos cursos e exames supletivos ofertados na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, observa-se uma grande semelhança com o que é oferecido aos alunos em idade regular, visto que ambos são orientados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Embora existam legislações específicas para a EJA, estas apenas complementam outros textos e documentos que organizam a educação básica como um todo. Assim, embora a pesquisa seja direcionada a um público específico, não é possível compreendê-la de forma isolada, sem considerar a organização educacional em sua totalidade (Brasil, 1996).

Contudo, o currículo para a EJA deve apresentar flexibilidade para contemplar as diversas vivências que os alunos trazem consigo, visando à construção de um currículo relevante. Nesse sentido, o Parecer CNE/CEB nº 11, de 10 de maio de 2000, ressalta:

A flexibilidade curricular deve significar um momento de aproveitamento das experiências diversas que estes alunos trazem consigo como, por exemplo, os modos pelos quais eles trabalham seus tempos e seu cotidiano. A flexibilidade poderá atender a esta tipificação do tempo mediante módulos, combinações entre ensino presencial e não-presencial e uma sintonia com temas da vida cotidiana dos alunos, a fim de que possam se tornar elementos geradores de um currículo pertinente. (Brasil, 2000, p. 61)

O educador, além de contemplar a flexibilidade curricular, deve conhecer as experiências de vida e as particularidades que levaram seus alunos à modalidade da EJA, a fim de compreender o perfil desse público. O Volume II do DCTM (Maranhão, 2022, p. 36) destaca:

Compreender o perfil do educando da EJA na atualidade requer, prioritariamente, conhecer a sua história, cultura e costumes, entendendo-o como um sujeito com diferentes experiências de vida e que, em algum momento, afastou-se da escola devido a fatores sociais, econômicos, políticos e/ou culturais. Entre esses jovens, em especial, faz-se necessário compreender como as questões pertinentes ao ser jovem interferiram nessas idas e vindas ao processo escolar. (Maranhão, 2022, p. 36)

Ao considerar as características dos estudantes da EJA, o poder público estabelece ações que visem garantir a permanência do trabalhador na escola. Ademais, preferencialmente, a Educação de Jovens e Adultos deverá articular-se com a educação profissional. Observa-se uma preocupação nas legislações em promover uma educação significativa para esses alunos, levando em conta que a idade dos discentes os coloca próximos ou já inseridos no mercado de trabalho (Brasil, 1996).

A significação na Educação de Jovens e Adultos (EJA) torna-se evidente ao considerar as particularidades desse alunado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 37, parágrafo 1º, garante que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (Brasil, 1996)

A BNCC abrange diferentes públicos, buscando contemplar as especificidades de cada um para tornar o ensino mais significativo. Esta pesquisa se delimitará na área de Matemática e suas Tecnologias no Ensino Médio, com enfoque no empreendedorismo no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ressalta-se que o empreendedorismo é considerado de grande relevância para os alunos, pois a BNCC inclui como uma das finalidades do Ensino Médio:

Proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade (Brasil, 2018, p. 466).

O empreendedorismo faz parte da cultura das pessoas, e seu caráter de criatividade e inovação é diretamente influenciado por ela. A Educação Matemática, embora teórica, deve se tornar significativa na prática dos alunos. Saberes, aspirações pessoais, história de vida, contexto e outros fatores são fundamentais tanto na visão de empreendedorismo de Chiavenato (2021) quanto na proposta de valorização dos saberes cotidianos de D'Ambrósio (2019, p. 24):

O cotidiano está impregnado dos saberes e dos fazeres próprios da cultura. A todo instante, os indivíduos estão comparando, classificando, quantificando, medindo, generalizando, inferindo e, de algum modo, avaliando, usando os instrumentos materiais e intelectuais que são próprios a sua cultura.

As legislações da educação nacional e os autores que fundamentam a teoria educacional e de empreendedorismo convergem na valorização de saberes próprios de cada cultura. Destacam, ainda, a importância de formar valores empreendedores que contribuam para o desenvolvimento pessoal, a inclusão social e a empregabilidade.

5 METODOLOGIA

Define-se pesquisa, partindo da origem e do significado da palavra, conforme Bagno (2010, apud Lakatos e Marconi, 2023, p. 182):

Havia em latim o verbo *perquiri*, que significava “procurar; buscar com cuidado; procurar por toda parte; informar-se; inquirir; perguntar; indagar bem, aprofundar na busca”. [...] Perceba que os significados desse verbo em latim insistem na ideia de uma busca feita com cuidado e profundidade.

Inicialmente, esta investigação sustentou-se na pesquisa bibliográfica como meio de acesso a fontes robustas, que possibilitaram fundamentar as propostas delineadas nos objetivos deste trabalho. Lakatos e Marconi (2023, p. 49) definem a pesquisa bibliográfica como “[...] um tipo específico de produção científica: é feita com base em textos, como livros, artigos científicos, ensaios críticos, dicionários, enciclopédias, jornais, revistas, resenhas, resumos”.

Para possibilitar o acesso a uma maior diversidade de fontes de pesquisa, foi instrumentalizada a pesquisa documental em arquivos públicos e fontes estatísticas. De acordo com Lakatos e Marconi (2023, p. 202), “a característica da pesquisa documental é tomar como fonte de coleta de dados apenas documentos, escritos ou não, que constituem o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ter sido feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois”.

Desta forma, foram selecionados documentos oficiais provenientes de arquivos públicos para fundamentar a pesquisa, incluindo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As fontes estatísticas relacionadas ao cenário empreendedor baseiam-se no estudo anual da Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2023), cuja realização no Brasil é viabilizada pelo Sebrae e pela Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (Anegepe).

Consoante a definição de pesquisa proposta por Bagno (2010, apud Lakatos e Marconi, 2023, p. 182), foi realizada uma busca cuidadosa e aprofundada de referências, complementada pela leitura informativa dessas fontes (Lakatos e Marconi, 2023). Entre os autores selecionados, destacam-se Dornelas (2021) e Chiavenato (2021), bem como o relatório da GEM (2023), que contribuem significativamente para a construção de uma definição sólida de empreendedorismo, além de possibilitar a compreensão de cenários, a identificação de tendências, a elaboração de projeções e a exposição de saberes para a criação e gestão de negócios.

Os autores supracitados também colaboraram para uma concepção teórica que propõe a importância da formalização de negócios. Nesse contexto, por meio do estudo da legislação, realizou-se a definição e o detalhamento desse procedimento, partindo da distinção entre pessoas físicas e jurídicas para a delimitação da constituição formal de pequenas empresas, em especial do Microempreendedor Individual. Dentre os textos utilizados, evidenciaram-se o Código Civil Brasileiro (Brasil, 2002) e o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Brasil, 2006).

Na fundamentação teórica de Educação Financeira, desenvolveu-se a ideia do valor do dinheiro no tempo, com uma abordagem que trata o valor como uma troca intertemporal entre valores presentes e futuros, conforme proposta na dissertação de Caetano (2021). Para o desenvolvimento dos fundamentos matemáticos, recorreu-se ao livro *Matemática Financeira*, de Hazzan e Pompeo (2014), que forneceu a base para a definição de conceitos e se estendeu a demonstrações matemáticas.

Por meio da leitura da LDB e da BNCC, realizou-se a contextualização da EJA, definindo-a legalmente como a oferta de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso na idade apropriada. Além disso, a consulta a esses documentos evidenciou particularidades desse alunado, cuja vivência está fortemente relacionada ao ambiente de trabalho. As contribuições de D'Ambrósio (2019) reforçam a importância da significação dos conteúdos, destacando a valorização de saberes do cotidiano.

Após definir e detalhar os conhecimentos sobre empreendedorismo, Educação Financeira e Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme proposto nos objetivos específicos que norteiam e delimitam esta pesquisa, adotou-se um enfoque essencialmente educacional, social e econômico. Esse enfoque culminou em uma análise textual interpretativa e crítica, que relacionou os saberes advindos dos cenários estudados e contribuiu para a fundamentação da sequência didática desenvolvida (Lakatos e Marconi, 2023).

Os dados obtidos por meio da pesquisa bibliográfica e documental, após serem analisados, passaram pelo processo de interpretação. De acordo com Lakatos e Marconi (2023, p. 196), “[...] a interpretação significa a exposição do verdadeiro significado do material apresentado, em relação aos objetivos propostos e ao tema.” Para garantir clareza, objetividade e acessibilidade na apresentação da interpretação dos dados, optou-se pela sequência didática como o modelo mais adequado aos objetivos e ao tema da pesquisa, tendo como referência a obra *Didática*, de Libâneo (2017).

Enfim, após a revisão do amparo teórico em conhecimentos já validados, foi construída uma sequência didática que contemplou os conhecimentos matemáticos, as noções

de empreendedorismo e as especificidades do público da EJA, necessários ao processo de formação para o desenvolvimento da mentalidade empreendedora. A sequência didática proposta delimitou a projeção do tempo de execução das atividades, seus objetivos gerais e específicos, a justificativa da abordagem, a definição dos conteúdos a serem trabalhados, o desenvolvimento metodológico, os recursos utilizados e os métodos avaliativos aplicados (Libâneo, 2017).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os objetivos específicos nortearam a construção de uma base teórica sólida, que fundamentou a criação da sequência didática proposta como resultado do objetivo geral desta pesquisa. Nesse processo, as diferentes teorias apresentadas pelos autores selecionados promoveram uma discussão e complementação de ideias, resultando no aprofundamento dos conceitos de empreendedorismo, Educação Financeira e Educação de Jovens e Adultos.

Considerando o objetivo específico de definir empreendedorismo, Dornelas (2021) apresenta a visão de identificação de oportunidades por meio de pessoas criativas e inovadoras. Dessa forma, o empreendedorismo vai além da criação de negócios, sendo uma condição de "ser" para indivíduos curiosos que buscam constante aperfeiçoamento. Schumpeter (1949, apud Dornelas, 2021) complementa ao ampliar essa definição, indicando que o termo não se restringe à criação de novos empreendimentos, mas também abrange a inovação dentro de modelos de negócios já existentes.

No que tange à motivação para empreender, o relatório da Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2023) define o empreendedorismo por oportunidade e por necessidade. O primeiro está fortemente associado ao desenvolvimento econômico, enquanto o segundo reflete uma fragilidade econômica, levando indivíduos a empreenderem como forma de subsistência. O relatório também contribui para o entendimento do cenário do empreendedorismo brasileiro, atualmente concentrado no setor de serviços ao consumidor. Esse panorama auxilia na compreensão da tendência de modelos de negócios cada vez mais voltados à personalização e centralização no cliente, conforme proposto por Dornelas (2021).

Chiavenato (2021) destaca que o autoconhecimento é essencial para que o empreendedor avalie uma oportunidade, uma vez que considerar as características pessoais de quem empreende pode ser mais relevante do que a análise econômica do negócio. O autor também ressalta a necessidade de o empreendedor desenvolver uma série de habilidades e competências para a gestão do negócio, tendo como importante aliado o plano de negócios, que simula o futuro e define as ações necessárias para alcançá-lo.

Outra contribuição de Chiavenato (2021), em relação aos conceitos fundamentais do empreendedorismo, é a distinção entre pessoas físicas e jurídicas, destacando a importância de formalizar legalmente o negócio para viabilizar o desenvolvimento de suas atividades e operações. Essa obrigatoriedade de constituição legal do empreendimento é tratada de forma clara no Código Civil Brasileiro (Brasil, 2002). Além disso, Dornelas (2021) apresenta uma

variedade de possibilidades para a criação de uma empresa, adaptadas às necessidades de cada empreendedor.

Dada a delimitação em pequenos negócios, estabelecida pelo tema deste trabalho, as Leis Complementares nº 123 (Brasil, 2006) e nº 127 (Brasil, 2007) foram utilizadas para definir as micro e pequenas empresas, bem como o tratamento diferenciado a elas destinado. Nesse contexto, Chiavenato (2021) reforça a importância de formalizar os pequenos negócios, garantindo que os direitos e responsabilidades do empreendimento sejam restritos à sua personalidade jurídica.

A Lei Complementar nº 123 (Brasil, 2006) traz a definição de Microempreendedor Individual, complementada, além dos parâmetros de faturamento, pelo Portal do Empreendedor (Brasil, 2025). O Portal também aborda restrições quanto a essa natureza jurídica, apresentando situações que impedem a formalização do negócio como MEI. Quanto às vantagens legais, Dornelas (2021) destaca o registro no CNPJ, o enquadramento no Simples Nacional e o pagamento de um valor fixo mensal de contribuição à Previdência Social e de impostos, garantindo benefícios previdenciários ao empreendedor.

Para abranger todos os objetivos específicos relacionados ao empreendedorismo que subsidiam o objetivo geral, as informações extraídas do site do *Sebrae* (2025) destacam a facilidade de formalizar-se como MEI, desde os requisitos documentais até a gratuidade do processo. Essas informações também permitiram traçar a jornada que o empreendedor percorre no *Portal do Empreendedor* para registrar seu negócio, além de detalhar as obrigações decorrentes da formalização.

Hazzan e Pompeo (2014) apresentam uma construção lógica sobre como as instituições financeiras operam com investimentos e crédito, abordando conceitos matemáticos de forma aplicada. Dentre os fundamentos de Educação Financeira essenciais para uma gestão eficiente das finanças, os autores destacam o conceito de valor do dinheiro no tempo. Esse conceito é aprofundado na dissertação de Caetano (2021), que recorre aos autores Patel (2009) e Giannetti (2012) para construir uma reflexão sobre o significado de valor e juro, estabelecendo o conceito como uma troca intertemporal entre valor presente e futuro.

Os fundamentos de capital, juro, taxa de juros e montante são introduzidos por Hazzan e Pompeo (2014) a partir da contextualização de situações que os originam. Por exemplo, o capital está associado à disponibilidade monetária; o juro, à remuneração pela inacessibilidade do dinheiro e sua depreciação causada pela inflação; a taxa de juros, à definição do custo; e o montante, ao valor total a ser devolvido pelo devedor após o empréstimo. Ademais,

os autores adentram na Matemática para demonstrar como conceitos básicos, de juros simples e compostos, podem ser matematicamente construídos.

Em relação à Educação de Jovens e Adultos (EJA), a LDB (Brasil, 1996) a define como um instrumento de acesso à educação e aprendizagem ao longo da vida, destinado àqueles que não tiveram oportunidade de estudar na idade apropriada. A Lei também prevê ações para garantir a permanência do trabalhador na escola, considerando que as características desse público o colocam em contato direto com o mercado de trabalho. Além disso, a LDB busca promover um ensino significativo, valorizando as vivências e experiências do alunado.

O currículo da EJA, orientado pela BNCC (Brasil, 2018), aborda as especificidades do público-alvo, garantindo a inclusão de suas vivências no processo educacional. De maneira complementar, o Volume II do DCTM (Maranhão, 2022) aprofunda a concepção desse público, destacando a relevância de o professor conhecer as histórias, culturas e experiências de seus alunos. Essa perspectiva reforça a necessidade de uma flexibilidade curricular, evidenciada no Parecer CNE/CEB n.º 11 (Brasil, 2000), que propõe o aproveitamento das vivências dos educandos como elementos geradores de um currículo pertinente e significativo.

Assim como a LDB, a BNCC (Brasil, 2018) reconhece as particularidades dos diferentes públicos, buscando atender às especificidades de cada um e tornar o ensino mais significativo. O documento também aborda o empreendedorismo como uma competência essencial para a participação ativa na sociedade. Nesse contexto, a proposta de valorização dos saberes cotidianos de D'Ambrósio (2019) está alinhada às legislações, uma vez que o empreendedorismo integra os saberes e fazeres próprios da cultura.

Dessa forma, relacionaram-se os saberes do empreendedorismo, abrangendo sua definição, cenários, tendências e motivações para empreender; da Educação Financeira, contemplando o entendimento do valor do dinheiro no tempo, do sistema financeiro e da Matemática Financeira; e da Educação de Jovens e Adultos, com sua definição e características. Os conhecimentos apresentados frequentemente se complementaram e direcionaram-se ao cumprimento dos objetivos específicos da pesquisa, constituindo a base para o desenvolvimento do seu resultado final.

6.1 Sequência Didática

O objetivo geral de criar uma sequência didática de Educação Financeira para os alunos do Ensino Médio da EJA, com foco no empreendedorismo, foi desenvolvido como uma forma de interpretação de dados, conforme sugerido por Lakatos e Marconi (2023), e sua

construção foi orientada pela obra *Didática*, de Libâneo (2017). Assim, foi possível revelar o verdadeiro significado da pesquisa, alinhando-a aos objetivos e ao tema do trabalho de forma clara e objetiva.

Dentre as finalidades apresentadas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que contribuem para a criação da sequência didática sugerida para o Ensino Médio da EJA, destaca-se:

Prever o suporte aos jovens para que reconheçam suas potencialidades e vocações, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e desenvolvam uma postura empreendedora, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral (Brasil, 2018, p. 466).

A sequência didática proposta está estruturada para ser aplicada por professores de Matemática e/ou Educação Financeira em 8 aulas, totalizando 400 minutos, com uma abordagem que torna a Educação Financeira e o empreendedorismo significativos para os alunos do terceiro ano do Ensino Médio da EJA. Esse resultado de pesquisa é sugerido como um instrumento que favorece a formação do pensamento crítico e empreendedor nos estudantes da EJA, preparando-os para a criação e gestão de pequenos negócios.

Aula 1 – Empreendedorismo: Criatividade, Inovação e Implementação de Ideias

Tempo: 100 minutos (2 aulas)

Objetivo geral: Instigar sonhos e planos de jovens e adultos para o empreendedorismo, por meio de uma abordagem significativa que considere o contato deste público com o mercado de trabalho.

Objetivos específicos:

Promover diálogo com os alunos sobre empreendedorismo;

Inspirar jovens e adultos a empreenderem;

Desenvolver a mentalidade empreendedora;

Promover a autonomia e o protagonismo.

Justificativa:

O ensino empreendedor promove a criatividade, inovação e outras habilidades essenciais ao pleno exercício da cidadania.

Conteúdos:

Definição de empreendedorismo;

Motivações da população brasileira para empreender;

Empreendedorismo por oportunidade e por necessidade;

Cenários do empreendedorismo brasileiro;

Tendências do empreendedorismo brasileiro;

Perfil do empreendedor;

Habilidades e competências do empreendedor;

Definição de plano de negócios.

Desenvolvimento Metodológico:

A aula terá início com a apresentação das definições de empreendedorismo propostas por Dornelas (2021) e Schumpeter (1949, apud Dornelas, 2021), explorando conceitos como criatividade, inovação e implementação de ideias. Por meio de uma aula dialogada, serão construídas, junto aos alunos, as motivações para empreender, tomando como referência os dados do relatório GEM (2023). Além disso, a roda de conversa permitirá que os alunos contribuam com suas próprias percepções, possibilitando a construção conjunta de cenários e tendências do empreendedorismo local e nacional.

Recursos Metodológicos:

Roda de conversa.

Método Avaliativo:

Avaliação qualitativa, considerando a interação e participação dos alunos ao longo da aula.

Aula 2 – Pequenos Negócios: Criação e Gestão

Tempo: 100 minutos (2 aulas)

Objetivo geral: Incentivar o autoconhecimento como instrumento de avaliação de oportunidades e o planejamento como percurso para o atingimento dos objetivos estabelecidos.

Objetivos específicos:

Promover o autoconhecimento;

Desenvolver a habilidade de análise de oportunidades;

Incentivar a construção de planejamentos.

Justificativa:

A criação e gestão de negócios exige do empreendedor uma série de habilidades e competências, sendo o autoconhecimento fundamental para a escolha de uma oportunidade que se relacione com os objetivos pessoais do empreendedor. Ademais, a gestão requer um planejamento claro que estabeleça previamente as ações para que a empresa reaja a influências externas.

Conteúdos:

Autoconhecimento;
 Avaliação de oportunidades;
 Plano de negócios;
 Formalização de negócios;
 Micro e pequenas empresas;
 Microempreendedor Individual.
 Desenvolvimento Metodológico:

A aula terá início com uma roda de conversa sobre a importância do autoconhecimento para a avaliação de oportunidades. Em seguida, será feita uma exposição por meio de apresentações sobre a ideia de plano de negócios e os aspectos legais envolvidos na constituição de uma pequena empresa. Será também demonstrada a jornada no Portal do Empreendedor para o registro como empreendedor individual (MEI). Por fim, será proposto aos alunos que criem, individualmente, um plano de negócios para uma pequena empresa, utilizando os conhecimentos adquiridos ao longo da aula.

Recursos Metodológicos:
 Roda de conversa;
 PowerPoint ou outro programa de apresentações;
 Projetor.
 Método Avaliativo:
 Cada aluno será avaliado por meio do plano de negócios criado individualmente.

Aula 3 – O valor do dinheiro no tempo e o sistema financeiro

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo geral: Provocar a reflexão dos alunos sobre o significado do valor do dinheiro no tempo e proporcionar a compreensão de como funciona o sistema financeiro.

Objetivos específicos:
 Estimular a curiosidade;
 Desenvolver o pensamento crítico;
 Ampliar a concepção de valor;
 Refletir sobre a relação do sistema financeiro com as escolhas para o negócio.

Justificativa:

Os conhecimentos sobre o funcionamento do sistema financeiro e a compreensão do conceito do valor do dinheiro no tempo são essenciais para a gestão financeira, especialmente na avaliação de opções de investimentos e na tomada de empréstimos.

Conteúdos:

O valor do dinheiro no tempo;
Sistema financeiro;
Investimentos;
Empréstimos e financiamentos;
Formação do custo do juro.
Desenvolvimento Metodológico:

A aula terá início com uma roda de conversa sobre o valor do dinheiro no tempo, incentivando a participação ativa dos alunos para a construção conjunta do conceito. Posteriormente, será realizada uma exposição, com o auxílio de slides, sobre o funcionamento do sistema financeiro, abordando investimentos, operações de empréstimos e a formação do custo do dinheiro na forma de juros.

Recursos Metodológicos:
Roda de conversa;
PowerPoint ou outro programa de apresentações;
Projetor.
Método Avaliativo:

A avaliação será qualitativa, considerando a interação e a participação dos alunos durante a aula.

Aula 4 – Fundamentos de Educação Financeira: Capital, Juro e Montante

Tempo: 50 minutos (1 aula)

Objetivo geral: Significar os conceitos de capital, juro e montante por meio de uma abordagem contextualizada que demonstre a aplicação prática desses conhecimentos em operações financeiras.

Objetivos específicos:

Desenvolver habilidades de cálculo e raciocínio matemático aplicados às operações financeiras;

Promover a autonomia e o protagonismo;

Estimular a competitividade.

Justificativa:

Os conceitos de Matemática Financeira, quando aplicados ao sistema financeiro, permitem ao empreendedor tomar decisões mais assertivas na hora de investir seu dinheiro ou tomar empréstimos, contribuindo diretamente para a eficiência na gestão de recursos.

Conteúdos:

Capital;

Juro;

Montante.

Desenvolvimento Metodológico:

A aula terá início com uma exposição dos conceitos de capital, juro e montante por meio de uma apresentação de slides. Após essa introdução teórica, serão apresentadas questões que simulam situações-problema, incentivando os alunos a aplicarem o pensamento reflexivo e matemático. Para tornar a experiência mais participativa, será utilizado Kahoot, promovendo engajamento e competitividade.

Recursos Metodológicos:

PowerPoint ou outro programa de apresentações;

Projector;

Internet;

Kahoot.

Método Avaliativo:

A avaliação será baseada na participação dos alunos durante a aula e em seu desempenho nas atividades realizadas no Kahoot.

Aula 5 – Regime de Capitalização Simples e Composta

Tempo: 100 minutos (2 aulas)

Objetivo geral: Significar os conceitos de juros simples e compostos por meio de uma abordagem contextualizada que demonstre a aplicação prática desses conhecimentos em operações financeiras.

Objetivos específicos:

Fortalecer o pensamento matemático;

Desenvolver o pensamento crítico;

Promover a autonomia e o protagonismo;

Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples e compostos.

Justificativa:

Os conceitos de juros simples e compostos, ao serem aplicados ao sistema financeiro, capacitam o empreendedor a tomar decisões mais conscientes, tanto em investimentos quanto na obtenção de empréstimos, contribuindo para uma gestão de recursos eficiente.

Conteúdos:

Juros simples;

Juros compostos.

Desenvolvimento Metodológico:

A aula será iniciada com uma apresentação teórica dos conceitos de juros simples e compostos, utilizando slides para ilustrar os pontos principais. Em seguida, será aplicada uma atividade impressa, contendo questões teóricas e estudos de caso práticos, com o objetivo de verificar a aprendizagem e fixar os conteúdos apresentados.

Recursos Metodológicos:

PowerPoint ou outro programa de apresentações;

Projektor;

Atividade impressa.

Método Avaliativo:

Os alunos serão avaliados pelo desempenho individual na atividade impressa, com foco na aplicação prática dos conceitos apresentados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a relevância do empreendedorismo no Brasil, que se apresenta em virtude das oportunidades ou necessidades, bem como as particularidades da EJA, que tem em seus alunos o relevante contato com o trabalho, buscou-se, por meio desta pesquisa, criar uma sequência didática que contribuísse para o desenvolvimento de jovens e adultos para criarem e gerirem seus próprios negócios de maneira eficiente.

O empreendedorismo foi definido de forma a não se limitar à criação de empresas, mas como um conjunto de habilidades inerentes a um sujeito criativo e inovador, capaz de transformar o ambiente em que está inserido. As definições apresentadas indicaram que o empreendedor é alguém que busca constantemente o conhecimento para seu desenvolvimento, evidenciando a relevância da temática no contexto educacional.

O autoconhecimento destaca-se como uma ferramenta essencial na avaliação de oportunidades, pois considerar as aptidões pessoais revela-se mais significativo do que apenas uma análise de viabilidade financeira do negócio. Além disso, a antecipação de cenários por meio da elaboração de um plano de negócios, aliada ao conhecimento dos aspectos legais da formalização de empresas, contribui para que o empreendedor esteja mais preparado para criar e gerir seu empreendimento.

Os conceitos de Matemática Financeira foram abordados na pesquisa devido à delimitação do tema e à sua relevância para auxiliar o empreendedor na tomada de decisões mais assertivas na gestão de recursos financeiros. O conceito de valor do dinheiro no tempo, articulado a partir da construção de valores de uso, de troca e da troca intertemporal entre presente e futuro, proporciona uma reflexão sobre a escolha entre renunciar a algo no presente para obter um benefício futuro ou usufruir de um benefício imediato, assumindo um ônus posterior.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) assegura o direito à educação para aqueles que não tiveram acesso na idade regular. Além disso, abrange alunos cujas experiências e vivências escolares não foram significativas o suficiente para que pudessem prosseguir seus estudos. Nesse contexto, o currículo para a EJA deve apresentar flexibilidade, de modo a valorizar e integrar as diversas experiências cotidianas desses alunos, tornando-se relevante frente às suas histórias, culturas e costumes.

As legislações investigadas evidenciaram o objetivo de promover ações que garantam a permanência do trabalhador na escola, por meio de uma educação significativa. Nesse sentido, promover o empreendedorismo é incentivar o desenvolvimento de habilidades

como criatividade, inovação, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro e outras que fazem parte dos saberes próprios da cultura e do cotidiano.

Os objetivos específicos estabelecidos para orientar a pesquisa foram alcançados de maneira satisfatória. Nesse sentido, a profundidade com que o capítulo de empreendedorismo foi desenvolvido, abrangendo desde a definição do conceito até a elaboração de um passo a passo para a formalização de pequenos negócios como MEI, complementada pelos fundamentos de Matemática Financeira, aplicados à prática do sistema financeiro e contextualizados à Educação de Jovens e Adultos, forneceu os subsídios necessários para a construção da sequência didática.

Por conseguinte, o objetivo geral foi materializado na forma de uma sequência didática que contemplou abordagens que favorecessem a formação do pensamento crítico e empreendedor nos estudantes da EJA. Desta forma, foi possível alcançar os resultados esperados e apontar para a relevância de um ensino de Educação Financeira que promova o empreendedorismo para jovens e adultos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Educação é a Base. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 dez. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007**. Altera dispositivos das Leis Complementares nº 101, de 4 de maio de 2000, nº 108, de 29 de maio de 2001, nº 109, de 29 de maio de 2001, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp127.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019**. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), entre outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm. Acesso em: 21 maio 2025.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB n.º 11, de 10 de maio de 2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, 2000.

BRASIL. **Portal do Empreendedor**. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>. Acesso em: 21 maio 2025.

CAETANO, Jaciene Lara de Paula. **Educação financeira escolar: o valor do dinheiro no tempo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Etnomatemática: elo entre as tradições e a modernidade**. 06. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo, transformando ideias em negócios**. 8. ed. São Paulo: Empreende, 2021.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil 2023**. São Paulo: Sebrae, Associação Nacional de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (Anegepe), 2023.

HAZZAN, Samuel; POMPEO, José Nicolau. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. Atualização da edição João Bosco Medeiros. São Paulo, SP: Atlas, 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Documento Curricular do Território Maranhense: Ensino Médio**. Volume II. São Luís: SEDUC, 2022.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. **Manual para normalização de trabalhos acadêmicos**. São Luís: EDUEMA, 2023.

SEBRAE. **Quer ser MEI? Confira o passo a passo para a formalização**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/quer-ser-mei-confira-o-passo-a-passo-para-a-formalizacao,78a284f40349f710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 21 maio 2025.